VIDA URBANA

Palmas arde em chamas todo

FOGO Quase 64 mil hectares da Capital foram queimados; MPE busca prevenção com relatório

Elâine Jardim
elaine.jardim@ojc.com.br

Todos os anos cerca de 10% da área territorial total de Palmas, de 221.900 hectares, é destruído pelo fogo. O valor corresponde a um território aproximado de 21,9 mil hectares. Nos últimos três anos, a área total de terra queimada chega a 63.716 hectares. O acumulado de área destruída nos três anos em Palmas é 13,5% maior que o distrito de Taquaruçu, que possui 46.920 hectares.

Foi constatada ainda que toda essa destruição é provocada somente por ação de 190 proprietários de imóveis rurais, dos quais 90 são reincidentes. Os dados foram apontados por um relatório técnico elaborado pelo Centro de Apoio Operacional de Habitação e Urbanismo (Caoma), do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE), coordenado pelo procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior.

RELATÓRIO TÉCNICO DO CAOMA QUE AUXILIOU A 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MPE FICOU PRONTO EM MENOS DE 20 DIAS

Como sempre noticiado pelo *Jornal do Tocantins*, é comum o palmense olhar para a Serra do Lajeado ou para a Serra de Taquaruçu e vê-las em chamas no período de estiagem. Nessa época, os hospitais lotam de pacientes com problemas respiratórios, animais silvestres são encontrados fora do seu habitat natural (muitas vezes sem vida) e a mata, que antes era verde, se torna um combustível orgânico para mais uma queimada.

O procurador Silva Júnior explica que os técnicos do Caoma acreditam que os números de incêndios na Capital tendem a aumentar. "As cicatrizes do fogo em Palmas oscilaram muito nestes três anos, predominando o maior número no período de extrema seca. Se os donos das propriedades seguirem a regra do relatório que é ter um grande número de focos de calor em um ano sim e outro não, 2018 pode ter um número ainda maior", pontua.

O objetivo do documento, explica o procurador, é quantificar a extensão da vegetação queimada na Capital nos anos citados, entre os meses de maio a setembro, período de estiagem no Tocantins, a partir de imagens de satélite e compilação dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

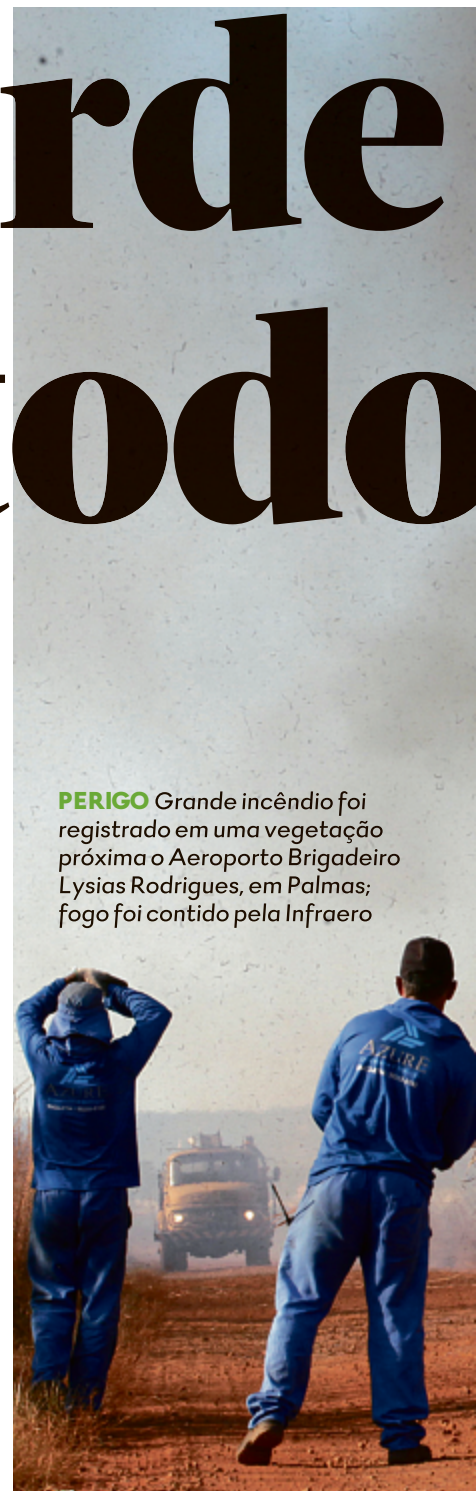
Silva Júnior informou que a descoberta dos responsáveis pelos incêndios e queimadas nas áreas destacadas deu-se a partir do cruzamento de informações com os dados do Cadastro Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), do Sistema de Informação para Gestão do Cadastro Ambiental Rural (SIG-CAR), ambos do Ministério do Meio Ambiente, e do Sistema de Gestão Fundiária (Siged) ligado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

PROVIDÊNCIAS

Preocupados com registros ainda maiores de fogo na Capital, o Ministério Público, associações de bairros e organizações sem fins lucrativos se reuniram no mês passado para discutir que caminhos e estratégias poderiam ser tomados para prevenir as queimadas em Palmas. A partir dessa reunião, o Caoma teceu o relatório, que está auxiliando na notificação dos proprietários de terras. O documento ficou pronto em menos de 20 dias.

Com esses resultados, o Caoma remeteu o documento ao promotor Pedro Geraldo Cunha de Aguiar, da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, que atua na defesa do meio ambiente, que instaurou um ofício preparatório de Inquérito Civil e está notificando os proprietários de imóveis rurais em Palmas.

Com esse ofício, o promotor orienta a adoção de providências para evitar e prevenir novas ocorrências de uso do fogo, sob pena de responsabilização nas esferas administrativa, cível e criminal.



PERIGO *Grande incêndio foi registrado em uma vegetação próxima o Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, em Palmas; fogo foi contido pela Infraero*

Relatório técnico é piloto

Questionado pelo *JTo* sobre relatório não abranger o Tocantins inteiro e somente Palmas, o procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior, responsável pelo Centro Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE) afirma que o documento é piloto.

"O Caoma atua em todo o Tocantins, auxiliando todas as promotorias do Estado. O relatório técnico feito com os dados de satélite de Palmas é uma ação piloto que pode ser levada para outras cidades do Tocantins. A ideia é convertê-lo em um projeto institucional," aposta o procurador de Justiça.

DADOS MAIORES

Biólogo que atua no Caoma, Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas afirma que os números levantados pelo centro podem ser ainda maiores, pois muitos proprietários de terras podem não estar cadastrados nos bancos de dados que foram cruzados no relatório.

Destaca-se que também existe a incidência de queimadas provocadas em áreas urbanas, que pode aumentar ainda mais o índice exposto no relatório proposto pelo Caoma, como também registrado pelo *JTo* (foto acima).

Perguntado a respeito das queimadas ocorridas no período de maio ao final de junho, época em que o Naturatins ainda permite a queima controlada sob autorização do órgão, o biólogo diz que a estatística levantada pelo relatório pode conter números de queimas controladas, no entanto, o quantitativo dessas ocorrências pode ser ínfimo. "O período de maior queima realmente é quando ela está suspensa. Quando ela é legalizada, os números não chegam a 300 hectares", afirma Freitas. (Elâine Jardim)

Lia Mara

Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: a761bb3d - 5fe7f5e6 - a69393a2 - c8128bc0